

## A expansão da escola primária republicana paranaense em números: quantidade X qualidade (1900-1930)

PAULO DE NOBREGA\*

**Resumo:** Este artigo resulta de pesquisa que examinou empiricamente como se deu a relação entre quantidade e qualidade nas políticas de expansão do ensino primária público no Estado do Paraná na Primeira República. A partir de documentos oficiais, realizou levantamento estatístico do “movimento geral das matrículas” entre 1900 e 1930; verificou ainda como os administradores da instrução pública avaliaram e puseram em execução as políticas educacionais que proclamavam. A expansão quantitativa das matrículas nas escolas primárias realizou-se principalmente pela proliferação das escolas isoladas, especialmente nas zonas coloniais. O salto qualitativo deu-se pela implantação dos grupos escolares: oficialmente criados a partir de 1903, seu funcionamento sob os modernos métodos de ensino, o método intuitivo, só começaria a concretizar-se, com dificuldades, a partir de 1914, atendendo apenas a capital e três ou quatro cidades do interior. A partir de 1920, foram se consolidando nos principais municípios do estado. Sob o impacto dos desdobramentos da Primeira Guerra Mundial, o empenho das elites dirigentes para uma significativa expansão geral da oferta de vagas no ensino primário, a partir de 1920, teve como principal objetivo nacionalizar o grande contingente populacional de origem estrangeira presente no estado, disciplinando-o sob a perspectiva do Estado-nação.

**Palavras-chave:** Escolas Isoladas; Estatísticas Escolares; Grupos Escolares; Método Intuitivo; Serialização.

### The expansion of paranaense primary republican school in numbers: quantity X quality (1900-1930)

**Abstract:** This article results from research that examined empirically how the relationship between quantity and quality in the expansion policies of public primary education in the state of Paraná in the First Republic occurred. Based on official documents, it was held statistical returns in respect of the “enrollments general movement” between 1900 and 1930; it was also verified how the administrators of public education have implemented and evaluated the educational policies they proclaimed. The quantitative expansion of enrollments in primary schools was carried out mainly by the proliferation of isolated schools, especially in the colonial areas. The qualitative leap was due to the implementation of school groups: officially created after 1903, its functioning under the modern teaching methods, the intuitive method, would only begin to materialize, with difficulties, since 1914, serving just the capital and three or four towns in the countryside. From 1920, they start to consolidate in the main cities of the state. Under the impact of the consequences of the First World War, the endeavor of the ruling elites for a significant overall expansion of vacancies offer in the primary schools, starting in 1920, aimed to nationalize the large population contingent from foreign origin presented in this state, disciplining it from the perspective of the Nation-state.

**Key words:** Isolated Schools; School Statistics; School Groups; Intuitive Method; Serialization.



\* **PAULO DE NOBREGA** é professor do Departamento de Pedagogia da UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste/PR e atua em disciplinas de Fundamentos da Educação. Bacharel e Licenciado em História pela USP, é Mestre e Doutor em Educação pela UFSC.

## Introdução

O Brasil na Primeira República manteve suas características fundamentais de país periférico do sistema capitalista – como economia complementar às economias dos países desenvolvidos, organizado sob o latifúndio monocultor exportador, especialmente de café. Atendendo aos interesses das oligarquias regionais, o federalismo brasileiro conferiu aos estados grande autonomia, ficando a cargo deles, inclusive, as políticas educacionais do ensino público primário. Além do fluxo imigratório e da formação de núcleos coloniais, há ao longo do período um significativo processo de urbanização vinculado a uma expansão comercial e mesmo industrial que resulta também numa expansão das camadas populares e médias urbanas (FAUSTO, 2003). Estes fatores provocaram um aumento progressivo das demandas por ensino público nas várias unidades federadas ao longo do período.

O presente artigo resulta de pesquisa que pretendeu verificar empiricamente como se deu a relação quantidade x qualidade nas políticas de expansão do ensino primária público no Estado do Paraná durante a Primeira República brasileira (1889-1930). Faz um levantamento estatístico do “movimento geral escolar” no período, observando a evolução da oferta de vagas, do número de alunos matriculados<sup>1</sup>, ano a ano; e verifica como os vários administradores da instrução pública avaliaram e puseram em execução as políticas educacionais que proclamaram.

<sup>1</sup> Os dados apresentados referem-se ao número de matrículas, ano a ano, e não ao de alunos freqüentes. Estes últimos aparecem muito irregularmente nos documentos consultados, enquanto que aqueles aparecem com maior regularidade, ainda que de maneira dispersa e, por isso, foram adotados.

O estudo situa-se no campo da história e utilizou-se dos procedimentos metodológicos próprios desse campo. Adota como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico, que considera a necessidade de articulação do objeto de estudo à totalidade dos processos históricos, e que aproximativamente busca apreender o movimento do real, a “lógica histórica”, como bem advertiu, por exemplo, o historiador inglês E. P. Thompson (1981) em *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*.

Teve como principais fontes empíricas os documentos oficiais emitidos pelas várias administrações do estado paranaense no período, como as *Mensagens dos Presidentes do Estado ao Legislativo*, os *Relatórios de Secretários de Estado ao Executivo*, os *Relatórios da Diretoria da Instrução Pública*, entre outros, obtidos junto aos arquivos públicos do estado, especialmente no acervo *on-line* do Arquivo Público do Paraná. Nas citações extraídas de tais fontes, manteve-se a grafia original dos documentos.

Em geral os dados estatísticos oficiais do período não são inteiramente confiáveis, são incompletos, imperfeitos e, muitas vezes, subestimados ou superestimados. Entretanto, mais do que dar um tratamento às estatísticas escolares como dados absolutos, exatos e inquestionáveis, elas nos possibilitam obter ao menos uma noção aproximativa de grandeza relativa dos mesmos e de sua evolução no tempo, na “duração”, para usar uma expressão de Fernand Braudel (1978).

Os estudos quantitativos em história ganharam força sob a influência da historiografia francesa da chamada 2ª geração dos *Annales*, sobretudo na década de 1960 e depois. A

possibilidade de estudos seriais sobre os mais diversos temas dava a sensação de que os métodos históricos finalmente se aproximavam dos procedimentos científicos das chamadas ciências físicas e naturais, na medida em que tratavam o objeto histórico de maneira objetiva, quantitativa, relegando-se a uma condição secundária as dimensões políticas, narrativas e interpretativas da história. A partir da década de 1970 desenvolveu-se uma crítica crescente aos limites de tal abordagem (BURKE, 1997).

Consideramos de grande importância tais estudos seriais, desde que submetidos a uma reflexão metodológica quanto às suas possibilidades e limites. Conforme Burke (1997):

Os historiadores quantitativos podem contar as assinaturas nos registros de casamento, os livros em bibliotecas particulares, os que comungam na Páscoa, as referências ao juízo divino, etc. O problema que permanece é o de saber se essas estatísticas são indicadores seguros de alfabetização, de religiosidade, ou de qualquer coisa que o historiador queira investigar (p.93).

A pesquisa mostrou que, a partir do início do século XX, a expansão quantitativa, e mesmo qualitativa, das escolas públicas primárias paranaenses passou por três fases: a primeira, iniciada com a criação oficial dos primeiros grupos escolares a partir de 1903, mas sem efetivarem-se até 1913, funcionando na prática como escolas isoladas agrupadas; a partir de 1914 inicia-se a segunda fase, que se estende até 1919, quando há a implantação parcial de poucos grupos, isto é, há o esforço de aplicação em suas dependências da seriação e dos “modernos métodos de ensino”, o

método intuitivo. Mas restringiu-se aos grupos da capital e de pouquíssimos municípios do interior, encontrando muita dificuldade para funcionarem regularmente; na terceira fase, a partir de 1920, os grupos vão se consolidando nos principais núcleos urbanos, com o aumento das matrículas e, simultaneamente, há uma vertiginosa expansão das matrículas em escolas isoladas no estado.

### **Ensino primário público: o arcaico e o moderno**

Segundo Le Goff (2003), o par antigo/moderno alcançou variadas significações na história do Ocidente, atribuindo-se a cada um deles conotações positivas, pejorativas ou neutras. O antigo pode significar apenas que pertence ao passado enquanto que moderno pode denotar apenas algo novo, referente ao presente. O moderno, o novo, pode ter uma conotação negativa. Por exemplo, ao fim da antiguidade clássica, Aristóteles avaliava a situação de então da Grécia como decadente em comparação ao que considerou o auge da civilização grega, situado no passado clássico. Já na modernidade (e a expressão não é casual) o antigo tende a ser apresentado como atrasado, arcaico, obsoleto, enquanto que o moderno tende a ser apresentado como progresso, avançado, evoluído.

No ideário Republicano, desde cedo houve a vinculação entre regime político e instrução como manifestação de progresso, de modernização. A ausência ou a ineficiência do ensino primário do período monárquico foram apresentadas como sintomas do atraso, inclusive político, em que se encontrava o país. No início da República, os relatórios e mensagens oficiais associavam as insuficiências do arcaico com o regime monárquico, por

exemplo, a escola isolada com seus métodos de ensino superados; as qualidades do moderno eram identificadas com a República e com o grupo escolar e “seus modernos métodos de ensino”, científico, o “método intuitivo”.

Conforme Ianni (1994), as modernizações correspondem ao ideal e aos esforços de progresso e de atualização dos países “em atraso” em relação aos padrões de desenvolvimento – econômicos, políticos, sociais e culturais – característicos das nações capitalistas avançadas em dada época. As elites dirigentes aspiram tais modernizações e atribuem a si a capacidade e a missão de dirigir tais processos em nome da sociedade.

Sim, a teoria da modernização confere um papel especial às elites modernizantes e deliberantes. Podem ser elites intelectuais, empresariais, militares, religiosas e outras, vistas em separado e em conjunto. Seriam os grupos que inovam, mobilizam, organizam, dirigem, explicam e põem em prática. O povo, as massas, os grupos e classes sociais são induzidos a realizar as diretrizes estabelecidas pelas elites modernizantes e deliberantes. Daí a necessidade de **alfabetizar**, **profissionalizar**, **urbanizar**, **secularizar**, modificar instituições e criar novas, reverter expectativas e outras diretrizes, de modo a viabilizar a execução e dinamização dos objetivos e meios de modernização, modernos, modernizantes (IANNI, 1994, p. 88). (grifos nossos)

O urbano é apresentado como a expressão do moderno e permitiu por sua concentração populacional a organização da escola moderna pública no Brasil, a escola graduada, seriada, o grupo escolar.

A escola isolada, pública, era apresentada como arcaica em termos de organização e métodos de ensino: turmas heterogêneas (idade/aprendizado), ensino mútuo ou individual, desorganização administrativa, arquitetônica e econômica. Enquanto que os grupos escolares representaram no Brasil a presença da escola primária pública moderna: ensino graduado, homogeneidade das turmas de alunos por idade e nível de aprendizado, seriação, método intuitivo, ensino simultâneo, concêntrico. Uma nova racionalização administrativa, econômica, arquitetônica e pedagógica.

Apesar da associação entre o rural e o arcaico nas concepções modernizadoras, no período em estudo a escola de tipo isolada continuava a ser uma necessidade pela grande dispersão populacional no Brasil e por uma exigida racionalidade econômica diante das limitações orçamentárias. Em tal perspectiva não fazia sentido a presença de prédios dispendiosos - como eram os grupos escolares, gastos com pessoal, com sua manutenção, com materiais didáticos, em regiões de baixa densidade demográfica.

Inspirados sobretudo em Pestalozzi e Froebel, há nos pressupostos pedagógicos da escola moderna o predomínio do ensino concreto, com ênfase para a percepção sensorial (visão, tato, olfato, audição e gustação), em que os materiais pedagógicos são fundamentais: museus com espécimes de animais, plantas, minerais, entre outros, ou suas representações gráficas; livros e materiais didáticos como mapas, globos, cartas de Parker, compassos, coleções de abecedários, bússolas, microscópios, coleção para desenho, máquinas de costura, entre outros (SOUZA, 1998). Em seu



conjunto, para efetivar-se, a escola primária moderna exigia investimentos públicos bem maiores que a típica escola isolada, até porque se pretendia universal.

A implantação dos grupos escolares nos vários estados brasileiros representou uma das frentes de modernização por que passava o país, vinculando-se aos processos de urbanização e industrialização crescentes ao longo do período. São Paulo, como estado hegemônico, foi pioneiro na modernização da escola primária pública, com a implantação dos grupos escolares com a Reforma Caetano de Campos a partir de 1890, inspirada, sobretudo, na escola primária moderna estadunidense. Esta se fundava na crença de que o melhor aprendizado, inclusive do “método de ensino”, se daria por meio da observação de sua aplicação por alguém mais experiente, como ensino prático, modelo, intuitivo, chamado à época de “praticagem”. O ensino paulista tornou-se a partir de então referência para outros estados (REIS FILHO, 1995).

O Paraná adotou o Estado de São Paulo como referência, mandando em vários momentos profissionais da educação pública, como professores normalistas e mesmo um ex-diretor geral da Instrução, para estágio de observação de sua organização para aplicá-la no estado. Posteriormente, em 1920, trouxe o professor paulista Cesar Prieto Martinez para dirigir nova reorganização do ensino.

Com o estudo do movimento de matrículas das escolas primárias públicas paranaenses e da visão de seus administradores no período, podemos pensar a relação entre quantidade e qualidade do ensino ofertado, articulada aos pressupostos pedagógicos professados.

### **Três fases do ensino primário republicano**

A partir das avaliações de presidentes e secretários de estado e de diretores e inspetores escolares sobre a situação geral da instrução entre 1900 e 1930, podemos identificar três fases no desenvolvimento do ensino primário republicano paranaense.

A primeira fase, de 1900<sup>2</sup> a 1913, em que, na prática, as escolas públicas continuaram a funcionar apenas como escolas isoladas, mesmo aquelas formalmente criadas como grupos escolares, a partir de 1903. A segunda, entre 1914 e 1919, iniciada com a reorganização do ensino em 1914, que buscou tornar paulatinamente efetivo nos grupos oficialmente existentes o que os distinguiam das escolas isoladas, isto é, a instrução sob os chamados modernos métodos de ensino, seriado, particularmente sob o método intuitivo, com resultados restritos.

E a terceira fase, a partir de 1920, quando se inicia uma nova reorganização da instrução pública, havendo uma expressiva expansão geral da oferta de vagas até o final do período em estudo, sobretudo em escolas isoladas. Novos grupos são criados e há significativo aumento do número de matrículas nos grupos escolares existentes. Em alguns deles a (re)organização permitiu, ao menos parcialmente, a efetivação do ensino seriado e a aplicação do método intuitivo, característicos da escola moderna.

Observemos, a seguir, o comportamento do movimento geral das matrículas no

---

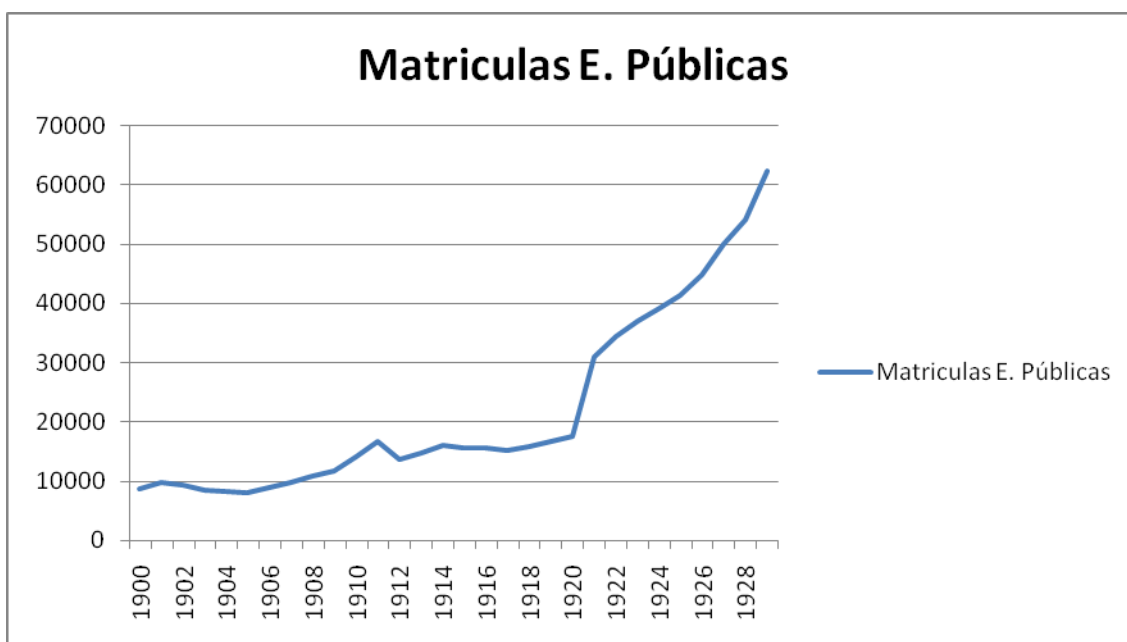
<sup>2</sup> A rigor, o período a partir do início da República até 1900 pertence à primeira fase republicana paranaense: todas as escolas primárias públicas eram então escolas isoladas e a maioria funcionava sem periodicidade.

estado, identificando cada uma das fases.

### O movimento geral das matrículas (1900-1930)

Apresentamos no gráfico 1, que segue, o movimento das matrículas em escolas públicas do Paraná, entre 1900 e 1930.

**Gráfico 1 – n. matrículas em escolas públicas paranaenses entre 1900 e 1930**



**Fonte:** Mensagens de Presidentes e Relatórios da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública entre 1900 e 1930.

De imediato, podemos notar no gráfico 1 que há semelhança no comportamento da curva na duas primeiras fases. A curva manteve-se relativamente estável, em torno de 10 mil matrículas, entre 1900 e 1910, teve ligeira variação entre 1911 e 1912, estabilizando-se próximo a 16 mil até 1920, quando a partir de então a expansão quantitativa da oferta é evidente. Isso indica que, na segunda fase, os administradores do estado pareceram ter preocupações mais de ordem qualitativa que quantitativa, já que a partir de 1914 tentou-se a efetivação da seriação e do “método intuitivo” nos grupos escolares já criados por lei.

Continuemos a observar no gráfico 1 o movimento das matrículas nas três fases apontadas. Na primeira, entre 1900 e

1913, o número de matrículas cresce lentamente, oscilando entre 8,5 e 10 mil até 1908, atinge progressivamente 17 mil em 1911, caindo para em torno de 14 mil em 1913; na segunda, entre 1914 e 1919, as matrículas estacionaram em torno de 16 mil, não havendo, portanto, expansão significativa.

Na terceira fase, a partir de 1920, observamos o crescimento acelerado no movimento geral de matrículas, saltando de 17.511 em 1920 para 62.259 em 1929 – mais que o triplo no decorrer de dez anos. Os dados corroboram que no Paraná, nesta última fase, intensificaram-se os esforços dos administradores em ampliar a oferta de vagas nas escolas primárias públicas, premidos pela grande presença de imigrantes e pelos desdobramentos do

envolvimento do Brasil na Primeira Grande Guerra, com o principal objetivo de nacionalizar essas populações.

Nas mensagens dos presidentes do Paraná e nos relatórios de secretários de estado e de inspetores escolares são recorrentes as afirmações da necessidade de nacionalização destas populações por meio da oferta do ensino primário público. É apenas na terceira fase que se pode observar, nas mensagens e relatórios, registros sobre as matrículas em grupos escolares separadamente das matrículas em escolas isoladas, havendo um esforço de se consolidar a escola primária pública moderna nos principais municípios do estado.

Vejamos a seguir, com mais vagar, como estas fases se sucederam.

#### **A primeira fase (1900-1913): oferta limitada, grupos escolares que não eram**

Até o início do século XX as escolas primárias públicas paranaenses eram todas escolas isoladas. Pecavam, segundo os próprios administradores do estado, pelo pouco número, pela baixa qualidade e, principalmente, pela pouca regularidade de seu funcionamento.

Os primeiros indícios de modificação no ensino primário público paranaense deu-se na primeira fase com a criação em 1903 do Grupo Escolar Xavier da Silva em Curitiba, instalado entre 1904 e 1905, juntamente com o Grupo Escolar Vicente Machado, em Castro<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Criado por lei em 1903 e inaugurado entre 1904 e 1905, o primeiro Grupo Escolar da capital recebeu o nome de Xavier da Silva, em homenagem ao Presidente do Estado quando de sua criação, Francisco Xavier da Silva. O Grupo Escolar Vicente Machado, de Castro, foi uma homenagem ao então presidente do estado, Vicente Machado da Silva Lima. Destaque-se

Em relatório de 11 de janeiro de 1906 dirigido ao executivo, o Secretário de Negócios do Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento Jose Lamenha Lins, referindo-se às realizações na área da instrução no ano de 1905, afirmava:

A inauguração dos grupos escolares “Xavier da Silva”, em Curitiba, e “Vicente Machado”, em Castro, da escola “Jardim da Infancia”, no antigo edifício da Escola Normal, transformado para esse fim, a construção, na cidade da Palmeira, da casa escolar “Jesuino Marcondes” e principalmente a equiparação do curso do Gymnasio Paranaense ao do Gymnasio Nacional, demonstram cabalmente a atenção e o carinho votado á este ramo do serviço publico (LINS, 1906).

A partir de então foram criados paulatinamente outros grupos escolares de modo que em 1910 existiam em nove municípios: Antonina, Castro, Curitiba, Lapa, Morretes, Palmeira, Paranaguá, São José dos Pinhais e Serro Azul. Estes prédios mais algumas poucas escolas isoladas na capital foram os primeiros prédios escolares próprios do estado.

Como destacou Souza (1998), na República a escola primária pública surge como lugar, isto é, como um espaço arquitetônico pensado e organizado para as especificidades das atividades e funções a que se destinava. Sob uma concepção cientificista de ensino, as características como tamanho das salas, disposição das janelas em relação à luz natural, a facilidade de circulação do ar, espaço entre as carteiras, número e disposição dos alunos, eram consideradas intimamente relacionadas à eficácia do ensino

---

também a inauguração do primeiro jardim da infância público no estado.

moderno, sob uma perspectiva disciplinadora e higienista.

Entretanto o ensino nas escolas oficialmente denominadas grupos escolares era precário, consideradas as exigências estruturais (prédios) e pedagógicas (matérias didáticas e pessoal apto) para a aplicação do ensino moderno, sob o método intuitivo. Vejamos as palavras do inspetor escolar da capital, Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque, em relatório apresentado ao Diretor Geral da Instrução Pública, de 04 de janeiro de 1909:

Os predios em que funcçionam as escolas sob minha inspecção, mantidas pelo Estado, são 5 publicos e 21 particulares. Delles somente as escolas Oliveira Bello e Carvalho offerecem as condicções hygienicas necessarias; aos demais faltam area, luz e ventilação sufficientes. (In: XAVIER, Luiz Antonio. Relatório do Secr. de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Anexos, p.45, 1908)

O inspetor fazia críticas inclusive ao prédio do Grupo Escolar Xavier da Silva, da capital, e queixava-se da superlotação das classes, como se pode observar:

Os predios em que funcçionam o Grupo Xavier, Escola Tiradentes e Cruz Machado não escapam a censura. As salas estreitas enchem-se de carteiras, offerecendo breve passagem entre duas filas. Carteiras destinadas a dois alumnos são occupadas por tres, em vista do avultado numero da frequencia e deficiencia das areas occupadas. (In: XAVIER, Luiz Antonio. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Anexos, p.45, 1908).

A questão da superlotação das salas perdurou até a última fase e era vista como um problema. Não poucas vezes, afirma-se nas mensagens e relatórios a existência de turmas com 60, 70 e até 80 alunos matriculados por sala. Entretanto isto era apontado como necessário dentro do esforço de escolarizar o maior número possível de crianças. Possivelmente já considerassem o grande número de desistências (evasão), que girava em torno de 30%, e de reprovações, cerca de 50%, segundo os próprios administradores.

Em *Mensagem* ao legislativo estadual, de 02 de fevereiro de 1912, Francisco Xavier da Silva, mais uma vez Presidente do Estado, faz o comentário que segue sobre os grupos existentes:

Não são propriamente grupos escolares, senão escolas reunidas umas e isoladas outras, sufficientes para a população escolar das localidades em que funcçionam.(SILVA, Francisco Xavier da, 1912, p. 13)

Ainda em 1912, na mesma *Mensagem*, o presidente assinala que das 294 escolas públicas providas, cerca de 10%, 29 escolas, funcionavam em 12 prédios próprios do estado. E acrescentava:

Mediante concorrência publica foi contractada a construcção de 30 prédios, em que poderão funcçionar 78 escolas em salas separadas e independentes (...) Construidos esses cinco prédios, na Capital, todas as escolas de instrucção primaria e secundaria nella existentes funcçionarão em próprios do Estado. (p.13).

Em seguida, o presidente ainda arrola as localidades e o número de salas previstas para cada nova escola: com quatro salas cada, 12 prédios; com duas



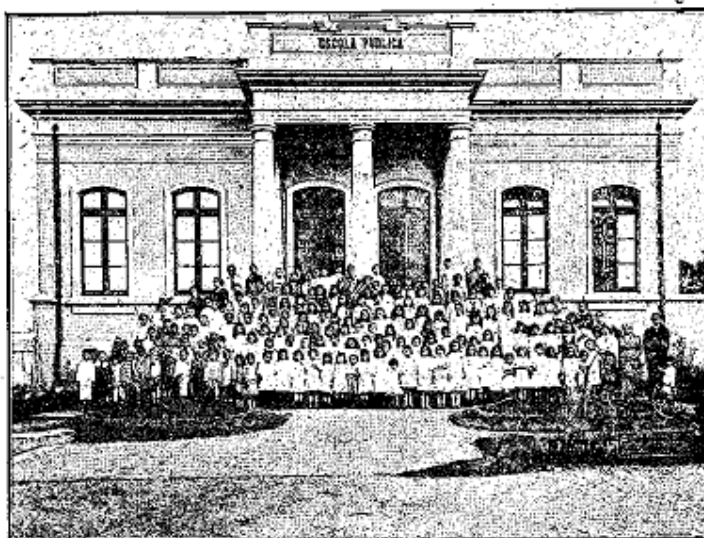
salas, 12; e com uma única sala, seis prédios, totalizando 78 escolas. Assim, em princípio, poderiam ser 12 novos *grupos escolares*, com quatro salas cada. Nos 12 prédios com duas salas, poderiam instalar-se os chamados *semigrupos*. Mas o número reduzido de salas dificultava ainda a aplicação de outro princípio educativo de então, a separação de sexos, que recomendava que o curso primário nos grupos fosse composto por duas secções de quatro séries cada: a masculina e a feminina, sendo necessário para tanto ao menos oito salas, no caso de funcionarem no mesmo horário, como era a regra.

A afirmação de que nos 30 prédios funcionariam “78 escolas” revela que ainda se mantinha a concepção de que a cada sala de aula correspondia uma escola, tratadas ainda como “escolas isoladas agrupadas”. Tanto é assim que nos relatórios e mensagens de então aparecem apenas o número total de matrículas em escolas públicas primárias, não se distinguindo nos registros as matrículas em grupos das em escolas isoladas.

Não havendo a seriação, cada sala ainda funcionaria com grupos heterogêneos de crianças, tanto em idade quanto em aprendizagem e sob uma metodologia algo mais próxima do chamado ensino mútuo, que do ensino intuitivo. Indica que, até 1914, a escola primária pública moderna, graduada, ainda não se efetivara no estado paranaense, apesar do desejo manifesto de seus administradores.

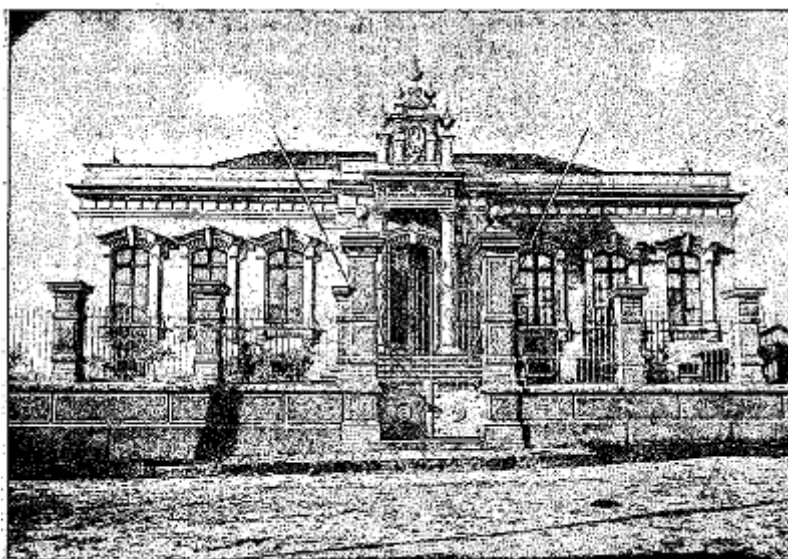
Entretanto, as dificuldades não se restringiam apenas a uma redistribuição dos alunos por idade/saber pelas salas, e nem de se equipar as escolas com mobiliário e materiais pedagógicos dispendiosos, que já se constituíam em enormes obstáculos. Mas também de poder contar com pessoal apto em número suficiente, professores formados para atender às inovações metodológicas que o “método intuitivo” ou “lições de coisas” propunha. Assim, ao nível da formação profissional dos professores, se colocava também a questão da relação quantidade x qualidade como mais um ponto nevrálgico da modernização do ensino.

#### A segunda fase (1914-1919): oferta estagnada, quase grupos escolares



Grupo Escolar Barão do Rio Branco – Formatura de alunos

Curitiba



Grupo Escolar Jesuino Marcondes — Palmeira

Formatura de alunos e fachada de prédios dos grupos escolares, em 1916. Em geral, apresentavam simetria bilateral, em estilo eclético e/ou neoclássico. O recomendável era que cada ala fosse destinada a um ou outro sexo, separadamente.

*Fonte: Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1916.*

Em 1914, na presidência de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, a administração estadual sentiu a necessidade de promover uma reorganização do ensino primário, marcando o início da segunda fase.

Em relatório de 31 de dezembro de 1914, dirigido ao secretário do interior, o diretor geral da instrução pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, explicava:

Durante o anno de 1914, foram postas em execução nesta Capital e em diversas outras localidades que eu pude visitar, as instrucções que foram expedidas por esta Directoria e approvadas pela Secretaria do Interior (Portaria n.4 de 17 de Janeiro de 1914) para a reorganisação das escolas publicas primarias, sendo o ensino dividido em quatro séries, com um programma comprehensivo de todas as disciplinas essenciaes para

a educação popular, de accordo com os mais adeantados ensinamentos da Pedagogia (MACEDO, 1914, p. 3)

E, logo após, acrescentava:

Reuni escolas systematisando e dividindo os trabalhos, por séries, entre os respectivos professores e confiando a um destes a funcção de director; formei, assim, o que em falta de melhor denominação, chamamos *grupos* e *semigrupos* (MACEDO, 1914, p.3)

Esta reorganização das escolas primárias públicas, iniciada em 1914, em que se destacam a divisão do ensino primário em quatro séries e a divisão sistemática do trabalho educativo, corrobora que o ensino moderno nas escolas paranaenses ainda não se efetivara. Na capital e nas localidades mais populosas não eram adotados ainda os procedimentos pedagógicos e

organizacionais que caracterizaram a escola moderna primária.

Prossegue ainda o diretor geral:

As nossas actuaes casas escolares são, em regra, de bello estylo architectonico, têm todas as condições de aeração e de luz, dotadas umas de quatro amplos salões, outras apenas de dous: nas de quatro salões pudemos installar as quatro séries do ensino, uma a cargo de cada professor, - é o nosso *grupo escolar*; nas de dous salões deixamos cada professor com duas séries, - é o *semigrupo*. (MACEDO, 1914, p.3)

A iniciativa de reunir as escolas em *grupos* e *semigrupos* indica o esforço de adaptar-se as instalações escolares paranaenses (os prédios) à racionalidade espacial-pedagógica do ensino moderno. O número de salas e suas características (circulação interna, aeração, iluminação, m<sup>2</sup> por aluno, tipo de carteiras) eram, entre outros, fatores limitantes da modernização do ensino.

Segundo o nosso programma, o ensino ministrado nos grupos, nos semigrupos e nas escolas simples, é objetivo e pratico. As escolas paulistas, principalmente os grupos, são ricas de materiaes technicos importados da Europa e da America do Norte; as escolas paranaenses são ainda pobresinhas, achando-se as dos logares principaes já dotadas de alguns objectos mais necessários, sendo suprido o mais pela habilidade e boa vontade dos professores, por meio de cousas de uso commum. (...) Foi o que se poudo fazer no actual momento financeiro do Estado (MACEDO, 1914, p.4).

As observações do diretor geral evidenciam a grande dificuldade das administrações paranaenses em colocar em prática a modernização do ensino público, apontada nas mensagens e

relatórios da instrução como necessária e desejável desde o final do século XIX.

A “regeneração” do ensino primário paranaense era identificada à implantação efetiva dos “modernos métodos de ensino”, já praticados no Estado de São Paulo. Entendida como resultante de uma racionalidade científica aplicada à educação, a escola moderna pressupõe a seriação e a graduação do ensino, que deveria partir do concreto (“é objetivo e pratico”) para o abstrato, das coisas concretas para suas representações e conceituações fundadas nas ciências. Mas para isso efetivar-se dependia da coordenação dos vários níveis de racionalização da escola e de suas atividades. Isto é, tratava-se de um processo de racionalização de ordem administrativa, econômica, pedagógica e espacial/arquitetônica, instituinte de novas práticas e relações, como é característico dos processos de modernização.

Esta fase se deu em meio à Guerra do Contestado que então atingia os estados do Paraná e de Santa Catarina, o que, de certo modo, explica o empenho em melhorar a eficácia da escola primária pública. Frente à insubordinação do “fanatismo irracional” dos sertanejos a escola deveria atingir um de seus objetivos de caráter político: o disciplinamento social. Entretanto, ao observarmos o gráfico 1, ao longo desta fase houve praticamente uma estagnação no número das matrículas. Talvez a eficaz repressão militar direta do movimento sertanejo e as dificuldades orçamentárias do estado tenham provocado certo “relaxamento” nos esforços dos administradores na ampliação da oferta de escolas primárias públicas. Houve uma tímida reorganização pedagógica de poucos dos grupos escolares oficialmente



existentes, atingindo apenas os da capital e os de três ou quatro municípios do interior do estado, não se estendendo para os demais grupos.

Para tentar resolver o problema da formação dos professores sob os novos métodos, em 26 de Maio de 1915 a Escola Normal passou por uma reorganização, sendo suas disciplinas e conteúdos redistribuídos, tendo sua duração estendida de três para quatro anos e prevendo-se a “prática pedagógica” dos alunos normalistas do quarto ano na escola modelo a ser criada (ALBUQUERQUE, *Mensagem*, 1915, p. 26-27).

No intuito de proporcionar aos profissionais da educação paranaense o contato com o modelo escolar paulista, em 1916 a administração do estado enviou uma “missão de professores normalistas” para *praticarem* em grupos escolares paulistas “durante meses”. Era composta por quatro professores, sob a chefia de um deles, o delegado de ensino Trajano Sigwalt.

E em 25 de dezembro de 1916 era criado o Grupo Escolar Modelo, relata o Secretário do Interior, Eneas Marques dos Santos:

Para começar a pratica dos methodos dos grupos escolares paulistas, sem perturbar a marcha do systema de ensino em vigor no Estado, creou o Decreto n. 978, de 25 do corrente [dezembro], um grupo escolar modelo, onde funcționaram 8 cadeiras, podendo ser para ellas commissionedos professores normalistas de qualquer município. Nesse grupo que será installado na casa escolar “Xavier da Silva”, desta Capital, por ser a unica que contem oito salas, deverão leccionar, na secção masculina os professores que praticaram em S. Paulo e na secção feminina quatro professoras

normalistas que tenham demonstrado decidida vocação pelo ensino. Será director interino do grupo escolar o professor Trajano Sigwalt, Delegado de Ensino. Nesse grupo praticarão quartannistas da Escola Normal e professores designados pelo Secretario do Interior (SANTOS, Relatório, 1916/1917). Eneas Marques dos Santos, Secretário do Interior, ao presidente do estado, Affonso Alves de Camargo, de 31 de dezembro de 1916, pp. 5-6.

Chama a atenção o fato de o secretário referir-se ao grupo escolar Xavier da Silva como “casa escolar Xavier da Silva”, corroborando a sua condição apenas formal de grupo, que passaria a funcionar efetivamente como tal tendo o importante papel, a partir de então, de escola modelo. Destaca-se ainda a importância atribuída ao fato da escola ser a única a possuir oito salas, que permitia a seriação em quatro séries com separação entre sexos: ala ou secção masculina e ala ou secção feminina.

Parece coerente a nomeação do professor Trajano Sigwalt como diretor do grupo modelo. Chefe da missão de normalistas a São Paulo, este professor, na avaliação do governo, assimilara plenamente a organização e os processos de ensino aplicados nas escolas paulistas e podia então demonstrá-los com competência à observação dos aprendizes: quartanistas da Escola Normal e mesmo aos professores formados em atividade.

Em *Mensagem* de 1918, o presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo, avaliava como bem sucedida a implantação dos “modernos métodos de ensino” praticados em São Paulo, que nos documentos aparecem também sob o nome de “método analítico”. Aponta como positivo o fato das matrículas

terem triplicado nos grupos escolares, mas com a restrição dos novos métodos serem “aplicados na capital, em Rio Negro e Ponta Grossa”, apenas. Indica aí que a escola primária moderna pública começa a se fazer presente no estado, mas em ritmo bastante lento. A multiplicação de matrículas nos grupos, destacada por Camargo, não causou impacto algum a favor do aumento geral das matrículas em escolas públicas primárias, como se pode observar no gráfico 1.

Essa implantação dos primeiros grupos, considerada efetiva pelos administradores da instrução, não evitou que, em 1920, marcando o início da terceira fase, sob a presidência de Caetano Munhoz da Rocha, a administração paranaense, seguindo o exemplo de outros estados, solicitasse junto ao governo paulista um professor normalista de seu quadro técnico para assumir a direção geral da instrução pública no estado.

### **A terceira fase (1920-1930): expansão geral das matrículas, consolidação dos grupos**

Atendendo à solicitação do presidente Rocha, o governo paulista disponibilizou para o comissionamento o professor normalista Cesar Prieto Martinez. Vejamos o relato do próprio presidente paranaense:

Considerando que um aparelho escolar depende sobretudo da orientação pedagógica que aos seus chefes cabe imprimir e tendo em conta que o Estado de São Paulo nesse particular pode servir de modelo, julguei acertado solicitar do seu illustre Governo a vinda de um tecnico que em comissão, exercesse o alto cargo de Inspector Geral do Ensino (ROCHA, *Mensagem*, 1921, p. 91).

E, mais adiante, explicava:

Accendendo ao pedido feito, o eminente Sr. Dr. Altino Arantes, ex-Presidente de São Paulo, poz á disposição do meu Governo o provecto e illustre professor Cesar Prieto Martinez, Director da Escola Normal de Pirassununga que, assumindo a inspecção geral em princípios de Abril, tratou logo de pôr em pratica medidas que julgou acertadas, com aprovação do Governo, já providenciando para que os methods modernos se generalizassem nas escolas e grupos da Capital, já para que a taes estabelecimentos se lhes desse uma feição mais pratica de molde a preencherem cabalmente o seu fim (ROCHA, *Mensagem*, 1921, p. 91).

Ao longo de 1920, o professor Cesar Prieto Martinez desenvolveu, entre outras atividades, a divulgação dos novos fundamentos administrativos e pedagógicos e suas vantagens, com palestras dedicadas a professores e diretores da capital e palestras no mês de dezembro aos professores do interior que estavam em visita à capital. Houve ainda a convocação dos diretores de grupos do interior para *praticarem* na capital “quer quanto á direcção, quer quanto aos methods e processos” (ROCHA, *Mensagem*, 1921, p.91).

Em *Mensagem* de 01 de fevereiro 1922, o presidente Caetano Munhoz da Rocha avaliava como positivo os avanços na instrução pública primária, sob a direção do novo inspetor geral. Relata que os grupos escolares totalizavam, em 1921, 26 unidades: na capital, 11, no interior, 16, totalizando 7.838 matrículas. As escolas isoladas eram em número de 459, com 22.975 matrículas, das quais 118 escolas eram subsidiadas pelo governo federal no esforço de nacionalizar as populações



rurais de origem estrangeira, sobretudo nos estados do sul.

Sem dúvida, a grande presença de populações de origem estrangeira no estado, resultante de uma política oficial de ocupação territorial e de desenvolvimento econômico numa perspectiva liberal, torna-se, com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, um “problema de Estado”. Isso estimulou uma visão de escola como a instituição social capaz de compensar os “efeitos colaterais” das políticas imigratórias ao atribuir-se-lhe como uma de suas principais funções a de nacionalizar, por meio do ensino do vernáculo e dos grandes símbolos nacionais, essas populações.

Na *Mensagem* de 01 de fevereiro de 1924, Rocha, reeleito presidente do Estado, afirmava que o número de escolas isoladas passara para 608, em 1923, com 26.743 matrículas (+16,4 % sobre as matrículas de 1921); e que o mesmo número de grupos, 26, atingira 12.322 matrículas (+57% sobre 1921), quando se priorizou preencher a capacidade dos grupos já existentes, levando com frequência à superlotação das salas.

Na *Mensagem* de 1926, apontava Rocha que eram 36 os grupos escolares, em 1925, com 11.377 matrículas, (-7,6% sobre 1923), ligeira queda mesmo com o aumento do número de unidades, possivelmente diminuindo a superlotação; e 679 as escolas isoladas no estado, com 29.231 matrículas (+9,3% sobre 1923).

Em 01 de fevereiro de 1928, com a construção de nove novos grupos, Rocha, em *Mensagem*, informava que o estado passou a contar com 50 grupos, em 1927, com 13.825 matrículas (+21,5% sobre 1925) – “com o ensino primário perfeitamente seriado” (p.210);

e 36.076 matrículas (+23,4% sobre 1925), nas escolas isoladas.

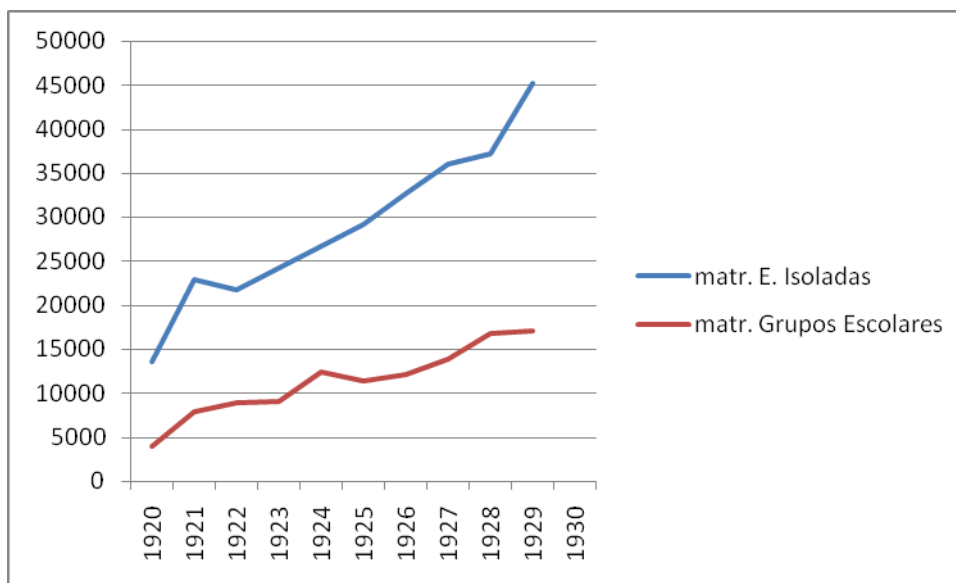
Na *Mensagem* de 01 de fevereiro de 1930, Affonso Alves de Camargo, novamente a frente do executivo estadual, registrava 51 grupos escolares, em 1929, com 17.004 matrículas (+23% sobre 1927) e 1.369 escolas isoladas, com 45.255 matrículas (+25,4% sobre 1927), das quais 120 escolas eram subvencionadas pela União.

No que se refere à formação de professores, na mesma *Mensagem* afirmava Camargo que no início de 1930 as escolas de formação eram as seguintes: a Escola Normal Secundária da Capital, a Escola Normal Primária de Ponta Grossa e a Escola Normal Primária de Paranaguá, as Escolas Complementares Normais de Guarapuava e de Jacarezinho, além do curso normal anexo à Escola de Aplicação.

### **O movimento geral de matrículas na terceira fase: escolas isoladas x grupos escolares**

Somente a partir de 1920<sup>4</sup> é possível distinguir-se claramente nos registros oficiais os dados relativos às matrículas em escolas isoladas dos relativos às matrículas nos grupos escolares. A evolução de tais dados na terceira fase pode ser observada separadamente no gráfico 2 que segue.

<sup>4</sup> Na segunda fase da organização do ensino primário público, entre 1914 e 1919, só foi possível encontrar na documentação coligida o registro de matrículas separadamente entre escolas isoladas e grupos escolares relativo ao ano de 1917, não permitindo comparações naquela fase.

**Gráfico 2 – matrículas: escolas isoladas x grupos escolares entre 1920 e 1929**

**Fonte:** Mensagens de Presidentes e Relatórios da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública entre 1920 e 1930.

Podemos destacar, grosso modo, três momentos na evolução das matrículas nesta terceira fase, conforme a maior ou menor velocidade na expansão da oferta nos dois tipos de escolas. O primeiro, de grande impacto no crescimento das matrículas, com a chegada do normalista paulista Cezar Prieto Martinez, que têm um salto de mais de 75%, tanto nas escolas isoladas quanto nos grupos, entre 1920 e 1921. Ao observarmos o gráfico 2, as matrículas em escolas isoladas, que eram de cerca de 13 mil em 1920, saltam para 23 mil em 1921(+77%); nos grupos escolares, de cerca de 4 mil em 1920, avançam para cerca de 7 mil em 1921(+75%). Crescimento, portanto, proporcionalmente semelhantes nos dois tipos de escolas no início da gestão de Martinez como Inspetor Geral da Instrução.

Num segundo momento, entre 1922 e 1923, ocorre uma desaceleração no ritmo da expansão das vagas nos dois tipos de escolas: no ano de 1922 as matrículas em escolas isoladas sofreram

pequena queda, recuando para cerca de 22 mil(-4,3%), recuperando-se no ano seguinte, aproximando-se de 23 mil matrículas em 1923; Nos grupos escolares das 7 mil matrículas do ano anterior, se aproxima de 9 mil em 1922(+28,5%), estacionando, porém, nos mesmos 9 mil em 1923.

No terceiro, entre 1924 e 1929, a expansão é retomada, as matrículas nas escolas isoladas têm crescimento quase constante, chegando a 37 mil em 1928, com crescimento médio de 10,3% de ano para ano: 1925 (+12%); 1926 (+10,7%); 1927 (+12,9%); 1928 (+5,7%). Em 1929, tem novo salto, quando cresce 25%, atingindo 45 mil matrículas. Nos grupos escolares, as matrículas também crescem, mas de forma menos regular e acelerada: das 9 mil do ano anterior, atinge cerca de 12.500 matrículas em 1924(+38%), sofre queda em 1925 para em torno de 11.500 (-9,2%), estagnando até 1926, havendo em seguida uma retomada do crescimento: 1927, recupera o número de 1924, com cerca de 13 mil

matrículas(+13%); no ano seguinte, 1928, aproxima-se das 17 mil matrículas (+30,7%), estagnando, entretanto, em torno das mesmas 17 mil em 1929.

A proporção relativa de matrículas entre escolas isoladas e grupos se manteve ao longo da terceira fase, em torno de 3 para 1, aproximadamente: em 1920, as matrículas em escolas isoladas representavam 76,5% do total, enquanto que nos grupos perfaziam 23,5%; em 1929, as escolas isoladas absorviam 72,6% (45 mil) das matrículas, restando 27,4% (17 mil) para os grupos escolares.

Os dados mostram claramente que foi na década de 1920 que a administração paranaense imprimiu impulso decisivo para que houvesse uma efetiva expansão da oferta de vagas nas escolas públicas primárias e para que também houvesse um salto qualitativo no ensino ofertado nas sedes dos principais municípios do estado com a efetivação dos grupos escolares, a começar pela capital, Curitiba.

### Considerações finais

A modernização do ensino primário republicano inseria-se num contexto mais amplo de projetos e tensões modernizadoras. Numa sociedade oligárquica, aristocrática e elitista, recém saída da escravatura, perpassada por relações coronelistas, e situada na periferia do sistema capitalista mundial, a relação entre quantidade (universalização) e qualidade (entendida como ideal) das escolas públicas dava-se como um ponto de tensão incontornável.

À tendência urbanizadora, vinculada a diversificação das atividades econômicas, correspondeu também uma tendência de diversificação social, com

a crescente divisão do trabalho, o surgimento de novas profissões e grupos profissionais, liberais e operários, e de um mercado consumidor interno. As greves operárias de 1917 e 1920 em São Paulo, as revoltas tenentistas, a Coluna Prestes, o surgimento de agremiações e partidos populares, como o PCB em 1922, a fundação da ABE em 1924, a crise econômica que desembocou na Revolução de 1930, bem expressaram a efervescência social, econômica, política e cultural da época.

Podemos atribuir a expansão geral da oferta de vagas às novas demandas e pressões dos novos grupos sociais que foram surgindo, sobretudo as camadas médias e os operários, que passaram a cada vez mais reivindicar direitos. Buscamos, entretanto, apontar como as frações de classe das elites dirigentes intervieram, responderam, a essas demandas e reivindicações, segundo sua lógica e interesses.

O ensino concreto na escola moderna, graduada, pressupunha certa organização espacial e o uso crescente de mobiliários e materiais pedagógicos que exigiam recursos financeiros substanciais e que, em geral, as diretorias da instrução pública nos Estados não tinham disponíveis. E, sobretudo, os Estados careciam de professores com uma formação de qualidade dentro dos horizontes da escola moderna pública da época. Não era uma restrição particular do Paraná. Note-se, o que se quer dizer é que o maior ou menor investimento público, vinculado ao regime de arrecadação de impostos (quem paga, quanto paga) e dos critérios para estabelecer-se quais são as prioridades para os gastos públicos (com quem se gasta, quanto se gasta) também depende da própria correlação de forças dos grupamentos

políticos e das classes, numa perspectiva hegemônica.

Como se viu, as três fases que destacamos ilustram com clareza a grande dificuldade e dispersão de tempo e esforços para que a moderna escola primária graduada pública fosse implantada no Paraná. E, de fato, a expansão do ensino deu-se, sobretudo, com o grande crescimento da oferta de vagas e de matrículas em escolas isoladas, em sua maior parte localizadas nas colônias e áreas de baixa densidade populacional do estado, pois esta era uma característica da estrutura demográfica não só do Paraná, mas do Brasil em geral.

A dispersão da população pelo estado inviabilizava a generalização do ensino moderno em moldes de grupo escolar, graduado, já que este é intrinsecamente dependente da concentração populacional, configurando-se como uma instituição escolar tipicamente urbana.

Na primeira fase apontada os administradores do estado, ainda que aspirassem a implantação efetiva dos grupos escolares nos principais núcleos urbanos, aplicaram apenas um dos princípios de modernização/racionalização do ensino, de ordem econômica: a construção de estabelecimentos escolares próprios do estado, que gradativamente foi se desonerando dos gastos com aluguéis de casas impróprias para as atividades escolares. Apesar disso, a maioria dos grupos escolares criados e construídos entre 1903 e 1914 não seguiram os critérios pedagógico-científicos considerados ideais para sua construção, exigindo reformas e adaptações posteriores. Além da inadequação dos prédios, os modernos métodos de ensino não foram praticados pela ausência de

pessoal preparado, falta de mobiliários e de materiais pedagógicos.

Na segunda fase, há o empenho em efetivar-se o ensino moderno nos grupos existentes, procurando equipá-los adequadamente e adaptando-se e reformando os prédios existentes. Os grupos enfrentaram dificuldades de funcionamento regular, sendo organizados lentamente, um de cada vez, pela equipe de professores paranaenses que estagiaram em São Paulo, restringindo-se tal organização à capital e a três grupos de municípios do interior.

Na terceira fase, como se observou, há um grande aumento na oferta de vagas e nas matrículas tanto em escolas isoladas quanto em grupos escolares. Em números absolutos cerca de 3/4 das matrículas dava-se em escolas isoladas e aproximadamente 1/4 nos grupos escolares, cuja organização e funcionamento tomaram impulso apenas nessa fase. Entretanto, nos documentos coligidos são apontados altos índices de retenção, ultrapassando os 40% ao longo dos anos.

Não significa dizer que não tenha havido alguma melhora no ensino oferecido nas escolas isoladas, ao menos a partir de 1920. Houve um esforço por parte das administrações do período de que ela fosse eficaz ao menos para ensinar a ler, escrever e contar em língua vernácula e imprimir nas crianças de origem estrangeira (nascidas ou não no Brasil, já que o fluxo de imigrantes permanecia) – e também nas “nacionais”, alguma identificação com os grandes símbolos da nacionalidade brasileira, além da fundamental aquisição da língua vernácula: o hino, os brasões, a bandeira, o “amor pátrio”, os grandes heróis, a ordem para o progresso, a

gratidão pela terra-nação que sustentava a todos.

Por outro lado, como se viu, o fato de existirem oficialmente como grupos escolares não era garantia de que tais instituições funcionassem dentro dos princípios da escola moderna, mas elas também deveriam cumprir seu papel nacionalizante. Mesmo depois de 1920, o bom funcionamento do ensino moderno público era dependente da maior ou menor continuidade e adequada oferta de recursos humanos e materiais para a aplicação dos “modernos métodos de ensino”.

Num período de entre-guerras e de disputas imperialistas, a necessidade de expansão das vagas era apresentada pelas elites dirigentes como uma questão de “segurança nacional”. O governo federal disponibilizou verbas para o pagamento dos salários de parte dos professores das escolas isoladas que foram sendo criadas nos núcleos coloniais paranaenses, apesar da Constituição de 1891 determinar que a responsabilidade pela oferta da instrução primária fosse dos estados federados e não da União. Acreditavam assim poder disciplinar/controlar essas populações, mesmo as rurais, por meio da instrução pública, sob um viés nacionalista. Entretanto, como se sabe, tais esforços não evitaram que as tensões entre “nacionais” e “estrangeiros” ressurgissem na década de 1930 sob o Estado Novo e com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

#### Referências

- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fund. Ed. da Unesp, 1997.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11 ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- IANNI, Octavio. “A modernização do mundo”. In: *Margem*. São Paulo: EDUC, n. 3, dez/1994.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.
- REIS FILHO, Casemiro dos. *A educação e a ilusão liberal: Origens da Escola Pública Paulista*. São Paulo: Autores Associados, 1995 (Coleção Memória da Educação).
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 13ed. Campinas/SP: Autores Associados, 1993.
- SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

#### Documentos oficiais, mensagens e relatórios.

- ALBUQUERQUE Benjamin Baptista Lins d'. ESTADO DO PARANÁ. Relatório apresentado ao Sr. Diretor Geral da Instrução Pública pelo Inspetor Escolar da Capital em 04 de janeiro de 1909.
- ALBUQUERQUE, Carlos Cavalcanti. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Carlos Cavalcanti Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 11ª. Legislatura em 1 de Fevereiro de 1913. Curitiba, Typ. do Diário Oficial, 1913.
- ALBUQUERQUE, Carlos Cavalcanti. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Exmo. Sr. Dr. Carlos Cavalcanti Albuquerque, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 12ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1914. Curitiba, Typ. do Diário Oficial, 1914.
- ALBUQUERQUE, Carlos Cavalcanti. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao



Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Carlos Cavalcanti Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 13ª. Legislatura em 1 de Fevereiro de 1916. Curityba, Typ. do Diario Official, 1916.

CAMARGO, Affonso Alves de. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 2ª. Sessão da 19ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1929. Curityba, Typ. do Diario Official, 1929.

CAMARGO, Affonso Alves de. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Dr. Affonso Alves de Camargo ao instalar-se a 1ª. Sessão da 20ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1930. Curityba, Typ. do Diario Official, 1930.

Conforme estimativas do IBGE

ESTADO DO PARANÁ. Relatório da Secretaria d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica e Annexos. Curityba, Typ. E Lith. Impressora Paranaense, 1905.

LINS, Bento José Lamenha. ESTADO DO PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curityba, Typ. d'A Republica, 1906.

LINS, Bento José Lamenha. ESTADO DO PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado do Paraná, pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins, Secretário d'Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica. Curityba, 1907.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. ESTADO DO PARANÁ. Relatório apresentado ao cidadão Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretário d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica, pelo Dr. Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, Director Geral da Instrução Publica em 31 de dezembro de 1914. Typ. do Diario Official, 1915.

MARTINEZ, Cesar Prieto. ESTADO DO PARANA. Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretario Geral do Estado pelo Professor Cesar Prieto Martinez, Inspector Geral do Ensino. Typ. da Penitenciaria do Estado, 1920.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 15ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1921. Curityba, Typ. do Diario Official, 1921.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 16ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1922. Curityba, Typ. do Diario Official, 1922.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 16ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1923. Curityba, Typ. do Diario Official, 1923.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 17ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1924. Curityba, Typ. do Diario Official, 1924.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 17ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1925. Curityba, Typ. do Diario Official, 1925.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 18ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1926. Curityba, Typ. do Diario Official, 1926.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 2ª. Sessão da 18ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1927. Curityba, Typ. do Diario Official, 1927.

ROCHA, Caetano Munhoz da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 19ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1928. Curityba, Typ. do Diario Official, 1928.

SANTOS, Enéas Marques dos. ESTADO DO PARANÁ. Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior,

Justiça e Instrução Publica em 31 de Dezembro de 1916. Curitiba, Typ. d'A Republica, 1917.

SANTOS, Enéas Marques dos. ESTADO DO PARANÁ. Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica em 31 de Dezembro de 1917. Curitiba, Typ. d'A Republica, 1917.

SANTOS, Enéas Marques dos. ESTADO DO PARANÁ. Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretario d'Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica em 31 de Dezembro de 1918. Curitiba, Typ. d'A Republica, 1918.

SILVA, Francisco Xavier da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo na 1ª. Sessão da 6ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1902. Curityba, Typographia da Republica, 1902.

SILVA, Francisco Xavier da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva ao Congresso Legislativo do Estado na 2ª. Sessão da 6ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1903. Curityba, Typ. D'A Republica, 1903.

SILVA, Francisco Xavier da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem apresentada pelo Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado, ao Congresso Legislativo na 1ª. Sessão Ordinária da 7ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1904. Curityba, Typ. d'A Republica, 1904.

SILVA, Francisco Xavier da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigido pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, ao installar-se a 2ª. Sessão da 9ª. Legislatura em 3 de Fevereiro de 1909. Curityba, Typ. d'A Republica, 1909.

SILVA, Francisco Xavier da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem ao Congresso Legislativo

do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, ao installar-se a 1ª. Sessão da 10ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1910. Curityba, Typ. d'A Republica, 1910.

SILVA, Francisco Xavier da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, ao installar-se a 2ª. Sessão da 10ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1911. Curityba, Typ. d'A Republica, 1911.

SILVA, Francisco Xavier da. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, ao installar-se a 1ª. Sessão da 11ª. Legislatura em 2 de Fevereiro de 1912. Curityba, Typ. d'A Republica, 1912.

SILVA, Joaquim Monteiro de Carvalho e. ESTADO DO PARANÁ. Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigido pelo Cel. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, 2º Vice-Presidente do Estado em exercício ao installar-se a 1ª. Sessão da 9ª. Legislatura em 1º de Fevereiro de 1908. Curityba, Typ. d'A Republica, 1908.

SILVA, Octavio Ferreira do Amaral e. ESTADO DO PARANÁ. Relatorio apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretario de Estado dos Negocios do Interior, Justiça e Instrução Publica em 31 de Dezembro de 1900. Curityba, Typ. da Livraria Economica, 1901.

XAVIER, Luiz Antonio. ESTADO DO PARANÁ. Relatório do Secretario de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica, Anexos, 1908. Curityba, Typ. d'A Republica, 1909.

Recebido em 2014-02-17

Publicado em 2014-03-16